

# A Petrobrás e a próxima crise

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado, RJ 02/01/2019



As crises do petróleo, na segunda metade do século XX, propiciaram a tomada do poder econômico mundial pelo sistema financeiro (a banca). Na última década do século passado, uma série de crises, distribuídas por todos os continentes, consolidou o poder da banca, não restrito apenas à economia, mas dominando o mundo da comunicação de massa, da política, do psicossocial e diversos governos nacionais.

A banca chega ao século XXI como o grande fantasma, assustando povos e Estados Nacionais. Não estará mais subordinada a cerca de 40 famílias detentoras de trilhões de dólares, mas a empresas financeiras que participam do capital de todas as grandes organizações, com ou sem ações em bolsas de valores e de diversas nacionalidades.

Estas empresas, como BlackRock, Vanguard, State Street, Fidelity, Wellington têm patrimônios superiores ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. As três maiores superam o PIB estadunidense.

Elas podem e efetivamente provocam devastações em economias industrializadas, como as do Atlântico Norte, e, com grande facilidade, dos países colônias, exportadores de produtos primários, de nenhum ou pouco valor agregado, dependentes dos câmbios manipulados pela própria banca.

Com as crises, a banca otimiza seus dois objetivos:

1) promover a transferência de todos os ganhos, sejam dos lucros, dos aluguéis, dos salários, dos tributos para o sistema financeiro; e

2) concentrar cada vez mais a riqueza em pouquíssimas mãos. Hoje de *Chief Executive Office* (CEO) das empresas financeiras, como as já citadas.

A última crise - do *subprime* - nos Estados Unidos da América (EUA), além das transferências ocorridas em todo mundo, trouxe para a banca

recursos do Tesouro Estadunidense e de outros países desenvolvidos. A tal ponto que, neste final da segunda década do século XXI, a situação é mais grave do que a provocada pela banca ao final da primeira década.

Ao lado de um enorme volume de dinheiro "investido" pela banca, uma dívida impagável ronda todo Atlântico Norte - EUA, Reino Unido e Europa Continental.

Os EUA, após despejar trilhões de dólares no sistema financeiro, com os *Quantitative Easing* (QE) - alívio quantitativo, um dinheiro criado para compra de títulos podres -, está mais pobre, necessitando com urgência de incorporar novos bens reais. O mesmo ocorre com o Reino Unido e toda Europa.

O grande ativo real que surgiu neste século foi o pré-sal, descoberto pela Petrobrás. Estimativas conservadoras atribuem ao pré-sal reservas de 120 a 150 bilhões de barris de petróleo. Tomemos a mais baixa e o barril a US\$ 70,00. O pré-sal representa 8,400 trilhões de dólares.

O que este valor significa para a banca? Confrontemos com as desregulações dos anos 1980, que a banca obteve de Margaret Thatcher e Ronald Reagan; o sistema financeiro incorporou das atividades ilícitas (tráfico de drogas, de armas e de órgãos humanos), na década de 1990, 4 trilhões de dólares.

Com o Governo de Dilma Rousseff, o Brasil já ficara com 60% do pré-sal. Os 40% restantes estavam com empresas e estados estrangeiros.

Com Michel Temer, passamos ao inverso, o Brasil detém 41% e os estrangeiros 59%. E há um projeto, no Senado, que torna ainda menor nossa participação: trata-se da distribuição com terceiros de um contrato do Governo Federal com a Petrobrás que gerou a modalidade de produção denominada cessão onerosa. Esta ação de lesa Pátria reduziria a 28% a parcela nacional no petróleo do pré-sal. Estados e empresas estrangeiras

ficariam com 72% de todo esse nosso petróleo.

Porém, a banca está continuamente especulando, jogando neste colossal cassino que é o mercado. Os Estados mais ricos estão com dívidas impagáveis. Os EUA, emissores da moeda das transações internacionais, vem sendo cada vez mais acossado pelas emergentes potências: China e Rússia, além de países que procuram se defender da banca com medidas nacionalistas.

Eu me pergunto: por que a banca, paradoxalmente, sem poder receber as dívidas, com um enorme buraco em suas contas, ainda não provocou outra crise?

Certamente a resposta não é simples nem aponta para um único fator. A eleição de Donald Trump, no lugar da candidata da banca, Hillary Clinton, o empoderamento econômico e tecnológico da Rússia (um tiro no pé da banca, com os embargos e sanções contra aquela Federação), os insucessos bélicos no Oriente Médio alargado, tudo influi para a decisão da banca.

Também a possível transformação da China na maior potência do planeta deve ter colocado a banca diante de nova estratégia de crise.

Penso que teremos esta crise no entorno de 2019/2021.

Ela começará pela transferência dos ganhos nas exportações de *commodities*, prejudicando países dependentes de exportações, como o Brasil. Se observarmos dois importantes produtos de nossa pauta de exportação - soja e ferro - veremos que em 2018 já sofreram queda de 5,5% e 5,9%, respectivamente. E as *trading* nacionais estão sendo absorvidas pelas estrangeiras, neste estúpido processo de "privatizações" e "austeridade".

Apenas governos corrompidos pela banca e com "assessores" por ela indicados podem cometer os desatinos de Dilma e Temer.

Outro indicador da crise é o aumento da taxa de juros dos títulos de curto prazo do Tesouro Estadunidense que passou de 1,3% a.a., em janeiro de 2018, para 2,42% a.a., neste Natal.

Assim, no meu entender, a banca fará a nova crise em capítulos, até ter se apropriado dos recursos para continuar sua trajetória de especulação.

Quais medidas ela imporá ao Brasil?

É óbvia a total transferência do pré-sal e outras reservas de petróleo para as empresas e Estados que ela controla. Também a "reforma da previdência" que nada mais é do que colocar nos bancos o enorme volume da poupança compulsória de todos trabalhadores para hipotética aposentadoria. Não se trata de ideologia mas de realismo, como demonstra o desastre provocado no Chile.

Outras medidas da banca podem ser a "reforma tributária", que eliminará, praticamente, toda tributação sobre as rendas que não sejam dos salários e onerará o consumo, além de um tiro nas receitas públicas com os "contratos de securitização", assinados por municípios e Estados brasileiros.

Feito isso no Brasil, o futuro governo e os que lhe seguirem não terão receita nem bens para poder administrar o País. A banca será a verdadeira dona do Brasil, como já é da Grécia, do Reino Unido, tenta ser da França e tomar o que resta dos EUA retirando, de algum modo, Donald Trump do Governo. Irá concentrar seus esforços para destruição da Federação Russa e da República da China. E adeus humanidade.

Creio que esta próxima crise deve selar o poder da banca ou transformar o mundo num enorme exército de coletes amarelos (*gilets jaunes*) de consequências imprevisíveis.

Brasileiro e nacionalista espero que as Forças Armadas, o poder ainda não dominado pela banca, assuma o controle da Nação e promova a construção do Estado Nacional Brasileiro Soberano.

E como iniciar esta mudança? Pela auditoria da dívida.

Examinemos o sentido da dívida. Não é aquele descrito em manuais econômicos, administrativos ou contábeis. A dívida tem um sentido político, cratológico. Ela não pretende favorecer o desenvolvimento, aumentar o patrimônio, ela objetiva submeter, escravizar, pessoas, instituições, Estados Nacionais.

Podemos fixar a ação do Visconde Castlereagh, no Congresso de Viena, em 1815, como início deste novo conceito da dívida. Como se recordam meus caros leitores, a passagem de Napoleão destruiu famílias, reinos e poderes europeus. O encontro de diplomatas, personalidades como Metternich, Talleyrand, o Czar Alexandre I, em Viena, buscava reorganizar a Europa, numa restauração de fronteiras e dos impérios pré-napoleônicos. O que já não era possível.

A Inglaterra projetava seu poder marítimo para construir o "Império onde o sol nunca se punha". Não podia ter concorrentes na Europa. Castlereagh formulou o princípio das potências que nem se tornassem excessivamente fortes nem muito fracas, mantendo, assim, um imobilismo continental. Deixava a Inglaterra livre para a colonização do resto do mundo.

E como se daria esta colonização? Pelo controle comercial e pelas dívidas.

E, dois séculos depois, não mais um Estado Nacional, mas um sistema adota as mesmas armas para, igualmente, dominar o mundo. Submetendo inclusive aquele Estado que iria, por pouco mais de meio século, suplantar o modelo financista-comercial - os EUA. O que assistimos hoje, nos EUA, é a luta de Trump pelo Estado Nacional contra a banca, que o aparelha desde Reagan.

A dívida, com a banca, é a implementação da corrupção nos sistemas e nos procedimentos dos Estados. No Brasil, corrompeu todos os governos,

desde Fernando Collor, para estabelecer sua prioridade nas ações econômicas. Elaborou "teorias" esdrúxulas, como o "tripé macroeconômico", promoveu o desmonte do Estado, retirando-lhe recursos para as atividades que lhe são próprias e depois o acusando de ineficiência, criou fantasias como da Petrobrás quebrada, da falência da previdência social, sempre para abocanhar maiores patrimônios, maiores lucros.

A dívida brasileira é o ápice do processo de corrupção do Estado pela banca. Um governo que pretende acabar com a corrupção precisa começar no seu cerne: a construção de uma inexistente dívida para aprisioná-lo. E precisa agir com firmeza pois esta corrupção envolve decisões do judiciário e promulgação de leis e regulamentos contrários ao interesse nacional e à lisura da administração pública. A auditoria da dívida revelará os inimigos da Pátria e os maiores agentes da corrupção e da insegurança. Ou os tráficos não transitam pelas finanças? Quem se opuser à auditoria já está confessando-se criminoso.

O Brasil acima de tudo e a verdade para todos devem orientar as ações do Governo.

**Fonte:**

<http://www.frentepelasoberania.com.br/petrobras/a-petrobras-e-a-proxima-crise/>

